

PUBLICAÇÃO Nº 323/CMDCA/SP/2016

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90, torna pública Ata de Reunião Ordinária do dia 21/11/16.

PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016 DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE . CMDCA . Aos vinte um dias do mês de novembro de 2016, foi realizada a plenária ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente de São Paulo, CMDCA, na Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo, Sala Sergio Vieira de Melo, de acordo com a publicação nº 303/CMDCA-SP/2016, no DOC do dia /11/16 - pág. 46. Presentes: **Conselheiros do Governo:** Lucia Regina Guimarães de Lemos, Claudia Elizabete da Silva, Athene Maria de Marco França Mauro, Sergio Pinto Carneiro, Thais Romoli Tavares, Aurelio Eduardo do Nascimento, Leda Sueli de Arruda Martins. **Conselheiros Sociedade Civil:** Maria Iracema de Araujo, Márcia Rodrigues da Costa Pinto, Maria de Fátima Lopes Pereira, Andréia Alves de Souza, Sueli Maria de Lima Camargo, Carlos Alberto de Souza Junior. **Faltas Justificadas:** **Ausências:** **Pauta 1. Diretoria Executiva 1.1. Comissão Eleitoral do Processo Eleitoral dos Conselheiros de Direitos; 1.2. GT de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. 2. Comissão de Editais 2.1. Informes 3. CPRI 3.1. Informes 3.2. Registros 4. CPCI 4.1. Notas do CMDCA 4.2. Informes 5. CPFO 5.1. Status dos projetos do Edital 2014 5.2. Cartas de Anuência 6. CPPP 6.1. Informes 7. CPGDCT 7.1. Informes 7.2. Cerimônia do dia do Conselheiro Tutelar.** Às dez horas e trinta e três minutos teve início a plenária ordinária, com a verificação de quórum e aprovação da pauta da publicada, sendo a mesa coordenada pelo presidente do CMDCA, Sr. Sergio Pinto Carneiro. A Conselheira Thais Romoli Tavares, coordenadora da Comissão Permanente de Comunicação Institucional, solicita que seja antecipado esse item da pauta, pois ela terá que ausentar-se mais cedo da reunião. Solicitação aprovada e o presidente passa a palavra à conselheira. **4. CPCI 4.1. Notas do CMDCA** - Thais informa que está tudo pronto para o evento comemorativo dos 25 anos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que acontecerá no dia 22 de novembro, próxima terça-feira, no Salão Prestes Maia da Câmara de Vereadores, com início marcado para as 18h30. Os Estatutos da Criança e do Adolescente . ECA . atualizados, já estão impressos e foram entregues no CMDCA, serão distribuídos durante nos Conselhos Tutelares e organizações conforme cronograma já montado pela Comissão. A conselheira

também faz a leitura da nota pública do CMDCA contra a PL 7.553/2014, de autoria do Deputado Federal Marcos Rogério, que possibilita a exposição pública de imagens de crianças e adolescentes. A nota é aprovada por todos e será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, bem como enviada ao Congresso Nacional e todos os órgãos e conselhos que possam contribuir para que não haja mais este retrocesso nos direitos das Crianças e dos Adolescentes, além de se garantir o cumprimento da legislação vigente e Constituição Federal, no que concerne aos Direitos Humanos. A segunda nota sugerida pela CPCI, contra a violação dos direitos humanos de meninas internas na Fundação Casa de Taipas, as quais teriam sofrido tortura, não será lida hoje, pois conforme consta não há no CMDCA denúncia formalizada. Sugere-se então que a nota seja lida e referendada na plenária ordinária do 28/11/2016. Proposta aprovada.

1. Diretoria Executiva 1.1. Comissão Eleitoral do Processo Eleitoral dos Conselheiros de Direitos É O presidente Sergio comunica a composição da Comissão Eleitoral, conforme artigo 10º do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente . CMDCA, afirma que já foram oficiados os órgãos que, segundo o artigo supra citado, compõem a Comissão Eleitoral. Para representar o CMDCA pelo Poder Público sugere-se o nome do Servidor e conselheiro Silas Cardoso. Para compor pela sociedade civil ainda não há sugestão de nomes, mas informa-se que se reunirão para decidir essa representação, até 3ª feira da corrente semana, já que há prazos para serem cumpridos e publicação no Diário Oficial da Cidade. João Santo, munícipe, faz consideração acerca do procedimento adotado para a composição e convocação da eleição, diz que o orçamento está congelado e abre somente em 2017, fato que inviabiliza a convocação do pleito, pois é necessária licitação para contratação de empresa que se encarregue do mesmo. Sugere que seja prorrogado o atual mandato da sociedade civil. Diz ainda que acha essa uma atitude leviana da atual gestão. Sergio, presidente do CMDCA, pondera que não há levandade, que nada impede que no próximo governo, com a nova composição do CMDCA, seja revisto o edital de eleição, mas que hoje é necessário que se componha um calendário e comissão eleitoral, já que o mandato da atual gestão vence em março de 2017. Em regime de votação a proposta é aprovada por unanimidade dos conselheiros.

1.2. GT de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Sueli, vice-presidente do CMDCA e coordenadora do GT apresenta o novo calendário elaborado pelo GT, conforme sugestão feita na última plenária do CMDCA, para a realização das audiências públicas, incluindo uma audiência Lúdica. A conselheira Gabriela Moccia faz esclarecimentos acerca da política para a criança e adolescente e da necessidade de aprofundamento do tema, corroborando seu apoio ao calendário proposto. As conselheiras Claudia Elizabete da Silva e Leda Martins

propõem que no concernente ao planejamento da operação baixas temperaturas, o plano seja apresentado até no máximo o mês de maio de 2017. O conselheiro Carlos ressalta que há necessidade que se discuta toda a política municipal voltada a esse parcela da população infanto-juvenil, que a prioridade é o atendimento à crianças e adolescentes em situação de rua. A vice-presidente Sueli está de acordo com todos, mas diz que o calendário ainda pode ser alterado, tendo em vista as realidades regionais. O munícipe João opina que não terá como fazer, pois tudo depende de licitações, que o tempo do plano não é o tempo do orçamento. No entanto acha que diferente das eleições da sociedade civil, isso dá para remediar, e é importante que se defina para que a atual gestão do CMDCA não sofra dois desgastes na mesma plenária. Cristina, componente do GT, pondera que a responsabilidade é muito grande para que se construa em apenas 3 meses uma política com tempo indeterminado, pois é um plano municipal, onde se faz necessário ouvir todos os atores. O conselheiro Valdir Gugiel ressalta em sua fala que o CONDECA puxe a responsabilidade para si também. Eduardo, representante do CONDECA informa que o conselho está discutindo a questão e levanta a possibilidade de debate macrorregional. Levará a proposta do CMDCA para a Comissão de Políticas Públicas do CONDECA. A conselheira Iracema diz que aprova o calendário proposto pelo Grupo de Trabalho, e acha que o CMDCA não pode ficar à reboque do CONDECA. Enfatiza que desde 2003 pautamos a importância do Plano Municipal, passamos por todos os governos até aqui e ainda não temos esse plano. A conselheira Gabriela Moccia concorda com Iracema, mas acha importante garantirmos que a construção seja com a participação de todos os implicados nessa política. A proposta é aprovar o calendário com a ressalva de atentar para a operação baixas temperaturas. A conselheira Iracema propõe que o CMDCA encaminhe essa questão específica com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social . SMADS . mas que o GT se ocupe efetivamente da construção do Plano. A proposta é considerada e aprovada por unanimidade. **CALENDÁRIO 2017: Segunda quinzena de janeiro de 2017:** Retomada das reuniões do GT Criança e Adolescente em situação de Rua e na Rua . Convocar as Entidades e as subprefeituras; **Março de 2017:** 1ª Quinzena: Realização da Audiência Pública Lúdica; 2ª Quinzena: Realização da Audiência Pública convencional. **Abril de 2017:** Realização de 2 Audiências Públicas; **Mai de 2017:** Realização de 2 Audiências Públicas; **Junho de 2017:** Realização de 1 Audiência Pública e 1 Seminário; **Julho de 2017:** Construção e Apresentação da Minuta. **2. Comissão de Editais** É Sergio solicita que se avalie até quarta-feira da semana corrente, os nomes que compõe a comissão, já que nem todos estão efetivamente participando da análise dos projetos. O conselheiro Aurélio Eduardo do

Nascimento justifica sua ausência nas análises devido à demandas urgentes na Secretaria da Cultura, afirma ainda, pedindo escusas, que não terá como participar dos próximos encontros e, conseqüentemente, na comissão. Solicita-se que no prazo de 48 horas os conselheiros se manifestem sobre a permanência, ou não, na comissão do Edital 2016. A conselheira Lúcia Guimarães de Lemos informa que entrará em férias na próxima segunda-feira e pede que para ser substituída na Comissão de Edital 2016. O munícipe Armando, representante do grupo chamado Força FUMACAD, expressa sua preocupação com a alteração dos prazos advindos da prorrogação do calendário do Edital 2016 e questiona o Conselho sobre a possibilidade de redirecionamentos das doações de empresas às organizações sociais. O presidente Sergio reitera a prorrogação dos prazos.

3. CPRI 3.1. Informes 3.2. Registros É O coordenador da CPRI, conselheiro Carlos faz a leitura das organizações que solicitaram registros no CMDCA. Em regime de votação foram todas aprovadas. 1364/08CENTRODE RECREAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA ESPECIAL - CRDC24 MESES. 1995/16UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL - REGIÃO DE SÃO PAULO 12 MESES. 1996/16ASSOCIAÇÃO COMPASSIVA 12 MESES. 1997/16AÇÃO COMUNITÁRIA ANTONIO FRANCISCO - ACAF12 MESES. 1998/16ASSOCIAÇÃO UNIÃO DA JUTA 12 MESES. 1999/16 CENTRO DUCACIONAL COMUNITÁRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ADEMIR DE ALMEIDA LEMOS - CECCRA12 MESES.

5. CPFO 5.1. Status dos projetos do Edital 2014 É a conselheira Lucia Guimarães, coordenadora da comissão comunica que a Conselheira Solange Cristina Castro Sampaio desempenhará a função de coordenadora da CPFO . Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, no período de férias da conselheira. A seguir faz a leitura das organizações do Edital 2014, com condições de conveniamento em 2016. Antes de finalizar seu relato a coordenadora faz a leitura de uma carta de anuência, a qual, em regime de votação foi aprovada por todos. Processo Administrativo 2014 0 163 725 2 Nova União da Arte Projeto Tenda de Cultura no valor de R\$ 909.184,00 CLASSIFICADO FUMCAD. Complementado as informações ao edital 2014, a conselheira aduz que no momento do convênio tem revistos muitos projetos solicitando alterações de mérito/objeto do projeto. Informa que essas solicitações serão negadas, já que alteram o projeto em si. Aqueles que precisam começar agora não podem solicitar mudanças de calendário, pois também serão negadas.

CPPP 6.1. Informes É A conselheira Andréia Alves, coordenadora da comissão apenas informa que serão retomados nesta quarta-feira, dia 23, os trabalhos do GT de Visitas de Crianças e adolescentes a pais e mães encarcerados.

7. CPGDCT 7.1. Informes 7.2. Cerimônia do dia do Conselheiro Tutelar É A conselheira Iracema inicia seu relato informando sobre a comemoração

solene ao dia do Conselheiro Tutelar, que será no dia 28 de novembro no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, à partir das 18 horas. Ela afirma que a formação dos conselheiros tutelares foi avaliada como positiva pela maioria dos participantes, no entanto alguns teceram críticas à falta de lanche nos últimos encontros. Os palestrantes foram todas pessoas envolvidas com a causa da defesa dos direitos das crianças e adolescentes, profissionais competentíssimos e dedicados, que ofertaram seus serviços gratuitamente para esta formação. Neste sentido a conselheira enfatiza a importância dessa participação e agradece especialmente aos palestrantes, solicitando que fique consignado em ata. Após a manifestação da conselheira o munícipe João questiona sobre o Projeto de Lei dos Conselhos Tutelares. O conselheiro Silas Cardoso, representando SMDHC, responde que o projeto lei está em SGM . Secretaria de Governo, para análise. Afirma que o PL engloba o piso salarial dos conselheiros e o regime disciplinar. O conselheiro Carlos, da CPRI informa que até o final do ano a Comissão está com agenda fechada, que qualquer urgência pode ser sanada, solicitando que os contatos sejam feitos por telefone. O presidente Sergio Pinto Carneiro comunica a reunião extraordinária para formação da Comissão eleitoral e a aprovação do Plano de Erradicação do Trabalho Infantil . PETI. Nesta reunião extraordinária será apresentado o edital da eleição pela comissão eleitoral. A conselheira Iracema se dispõe a compor a comissão eleitoral, representando a sociedade civil do CMDCA. Ainda fica marcada a primeira reunião da Comissão Eleitoral para 5ª feira, dia 24 de novembro, às 14 horas, no CMDCA. Em nada mais havendo a tratar o presidente encerra a plenária às 13 horas, enquanto eu, Claudia Elizabete da Silva, 2ª secretária, lavro essa ata, que será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.